

Júlia Gaspar



1º DE MAIO: A HORA E A VEZ DO TRABALHADOR

Em ato político-sindical, no Aterro do Flamengo, entidades filiadas à CUT reafirmam suas bandeiras de luta.

PÁGINA 3

Adriana Medeiros



Empossada nova diretoria do SENGE-RJ

Solenidade de posse reuniu a categoria, autoridades, parlamentares e sindicalistas de diversos estados.

PÁGINA 8

Seu trabalho oferece condições dignas de

SAÚDE e SEGURANÇA?



Arte: Leonardo Santos

Em homenagem ao Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho, o JE traz uma entrevista com o especialista José Amaro Barcelos Lima, que fala sobre medidas de proteção e o direito do trabalhador de não colocar a sua saúde em risco.

PÁGINAS 4 e 5

A segunda morte por tortura e maus-tratos

A recente decisão do STF ratificando a lei de anistia promulgada em 1979 e que coloca em pé de igualdade os militantes políticos e os torturadores, além de um escárnio contra a sociedade é uma afronta contra a memória política do país.

É em todos os sentidos compreensível que, em 1979, o movimento que conduziu ao fim a ditadura não tenha tido força suficiente para fazer a devida separação entre aqueles que, no afã de restaurar as liberdades democráticas, tenham cometido algum tipo de delito e os torturadores. Estes últimos, de forma planejada, sem nenhum escrúpulo e acobertados pelo aparato policial-militar, assassinaram pessoas sob a guarda e proteção do estado, sem nenhuma chance de defesa.

O argumento que os militares usavam na época é que estávamos em guerra contra o inimigo interno, subversivos e terroristas. Nós, militantes, replicávamos que, se isto era verdade, por que não se fazia uso das convenções de Genebra que protege os prisioneiros de guerra e preserva suas vidas?

O que é certo é que perdemos mais uma batalha. Outros países da América Latina conseguiram rever suas leis de anistia e mandaram alguns torturadores para a prisão, somente no Brasil se cria mais uma dívida com o seu povo, seu passado e sua memória.

Enquanto isto, notórios torturadores como Brilhante Ustra e Sebastião Curió continuam a circular pelo país. Se algum crime cometeram, foi “crime político”, cuja impunidade continua a ser garantida pelo STF.

Belo Monte de equívocos

• Artigo publicado originalmente na Folha de São Paulo, em 18 de abril de 2010

■ CÉLIO BERMANN

A insistência do governo de levar adiante o projeto de Belo Monte mostra que a lógica técnica e econômica cedeu o lugar à obsessão. Com graves consequências que não se restringem às populações indígenas e comunidades ribeirinhas do rio Xingu. Elas serão também sentidas nos bolsos de todos nós, consumidores de eletricidade.

O espectro do "apagão" parece ser a única justificativa para a construção dessa usina. Entretanto, ela também aponta o modelo de desenvolvimento que se quer dar à região amazônica e ao nosso país. A energia a ser produzida pela usina não será utilizada para aliviar a pobreza e incorporar uma parcela da população que sempre esteve excluída das benesses do consumo. Ela será destinada a satisfazer a demanda de grandes grupos minero-metalúrgicos na perpetuação do modelo que se apropria dos recursos naturais e das águas dos rios da região para produzir bens de baixo valor agregado e de alto conteúdo energético para exportação. A isso chamam de desenvolvimento. E a que custos?

As tentativas de reduzir as consequências socioambientais da obra, com a operação a fio d'água, isto é, sem um grande reservatório capaz de regular a vazão, apenas trouxeram mais problemas e proporcionaram uma sucessão de equívocos, técnicos e econômicos. Belo Monte foi superdimensionada. A capacidade de 11,2 mil MW só estará disponível durante três meses do ano. Nos meses de setembro e outubro, quando o rio Xingu fica naturalmente mais seco, a capacidade instalada aproveitável da hidrelétrica não será maior do que 1.088 MW médios.

O resultado é que a energia terá um preço elevado. A definição pelo governo do preço-teto em R\$ 83 por MWh, além de já ter afugentado potenciais investidores (Odebrecht e Camargo Corrêa, que constituíam um consórcio, já abandonaram a disputa do leilão), somente será assegurada por meio do aporte do Tesouro Nacional, isto é, de nós, contribuintes.

Outro equívoco: o custo do empreendimento passou dos iniciais R\$ 4,5 bilhões para os atuais R\$ 19 bilhões. As empresas envolvidas com as obras (empreiteiras e fabricantes de equipamentos), por sua vez, estimam um custo mínimo de R\$ 30 bilhões. O BNDES se dispõe a financiar 80% do custo. Ao mesmo tempo, o banco espera uma nova capitalização do Tesouro para assegurar essa participação. Assiste-se a um exercício de engenharia financeira para viabilizar a obra com toda sorte de renúncia fiscal e isenções que trarão aumento desproporcional da dívida pública.

Apesar de todas as críticas, levantadas de forma sistemática por um painel de especialistas constituído por diversos cientistas e professores de importantes universidades do país (disponível em <http://tinyurl.com/ykjp1su>), a intenção de manter o leilão para a licitação na próxima semana demonstra que são apenas os interesses eleitoreiros que prevalecem. É preciso reabrir o debate do modelo de desenvolvimento que queremos para o nosso país. Está na hora de rever a concepção dos projetos hidrelétricos na Amazônia. E abandonar aqueles que levam à destruição de seus rios e de culturas de seus habitantes.

■ Célio Bermann é Doutor em Engenharia Mecânica pela FEM/UNICAMP e professor associado do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo.

Está na hora de rever a concepção dos projetos hidrelétricos na Amazônia



SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA
Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio Carlos Soares Pereira, Antonio Gerson Ferreira de Carvalho, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Nascimento, Eduardo Ramos Duarte, Fernando Turino, Flavio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes, Gunter Angelkorte, Jorge Antonio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio Cezar Arruda de Carvalho, Lusía Maria de Oliveira, Luiz Antonio Cosenza, Marco Antonio Barbosa, Maria Virginia Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Olimpio Alves dos Santos, Paulo César Granja, Paulo César Quintanilha.

CONSELHO EDITORIAL
Agamenon Rodrigues Oliveira, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, José Stelberto Porto Soares e Olimpio Alves dos Santos

CONSELHO FISCAL
Titulares: Agostinho Guerreiro, Nei Rodrigues Beserra, Paulino Cabral da Silva, Rubem Corvelo de Azeredo, Sergio Gomes dos Santos, Sonia da Costa Rodrigues.

SENGE-RJ – Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20040-904 Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733 Endereço: www.sengerj.org.br Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

JORNAL DO
Engenheiro

Edição: Júlia Gaspar (MTE 28.318/RJ)
Diagramação: Leonardo Santos
E-mail: imprensa@sengerj.org.br
Tiragem: 5.500 exemplares
Periodicidade: Mensal
Impressão: Monitor Mercantil

1º DE MAIO

Trabalhadores em dia de festa e de luta

Júlia Gaspar

Evento da CUT homenageia trabalhadores e reúne militantes por um Brasil mais digno e com mais oportunidades

A Central Única dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (CUT-RJ) realizou ato de festa e de luta, dia 1º de maio, no Aterro do Flamengo, em homenagem ao Dia do Trabalhador. Participaram do evento entidades filiadas, movimentos sociais, parlamentares e a sociedade civil. Após a concentração, perto da Rua Paissandu, as pessoas saíram em passeata até o placo montado perto da Rua Dois de Dezembro, onde aconteceu o ato político-sindical, além de apresentações de blocos carnavalescos de comunidades próximas, grupos de teatro, de música, tendas temáticas e sorteios de brindes.

O presidente da CUT, Darby Igayara, declara que o objetivo do evento foi confraternizar, comemorar de maneira muito alegre, dando o recado. “Queremos mostrar para a sociedade que nós estamos antenados, que a CUT e os sindicatos que essa Central representa estão no dia-a-dia da luta política e, portanto, têm crítica e muitas propostas para ajudar a resolver os problemas”. Darby afirma as principais bandeiras de luta: “a redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários; o novo marco regulatório do petróleo, que o petróleo seja do povo brasileiro, para que seja gerado mais emprego, mais saúde com qualidade, mais educação e cuidado com o meio ambiente. E pelos aposentados, estamos na luta pela derrubada do fator previdenciário também. Essas questões somadas com a redução dos juros e pelo emprego digno são importantes. No estado do Rio, é preciso dar atenção também às questões do transporte, da educação e da saúde”, declara.

O deputado estadual Alessandro Molon diz que a importância deste ato é celebrar as conquistas já alcançadas, com os trabalhadores e trabalhadoras



Em caminhada, no Aterro do Flamengo, que reuniu trabalhadores e militantes, sindicalistas reafirmam suas principais bandeiras de luta

do Brasil e unir forças pra continuar em outras lutas. “A redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas, sem a redução dos salários, férias remuneradas, 13º salário. Temos que reconhecer que muito conquistamos por lutas, não foi de presente. E precisamos olhar para frente, para as lutas que nos esperam e unir forças. Organizados e convencidos dos nossos direitos, nós conseguimos conquistar avanços importantíssimos para os trabalhadores e para as trabalhadoras do Brasil”, afirma.

A BANDEIRA DA EDUCAÇÃO

A diretora do Sinpro e coordenadora da campanha de saúde e condições de trabalho, Valquíria Juncken, afirma que a sua categoria luta pela melhoria na qualidade de vida dos professores. “Lutamos na Câmara e na Alerj pela unificação das férias do professor. Ao contrário do aluno, que tem férias, o professor não tem férias, continua trabalhando mesmo que em partes administrativas.

E há escolas que dão férias ao professor em períodos diferentes, então o professor fica com período de férias muito curto. Também queremos divulgar o nosso trabalho com psicólogos sobre a Síndrome de Burnout, que é uma doença do trabalho. Professor não é recreador, temos que trabalhar com o aluno em sala de aula. O professor está ficando doente, agora ele é um conjunto de atividades. A nossa luta é também por salários melhores, o aumento do piso salarial no município e pela dignidade”, garante.

O presidente do Sinttel-RJ, Luiz Antônio Silva, afirma: “hoje, a principal bandeira de luta do sindicato é em relação ao tele-atendimento, queremos a regulamentação da profissão, que é uma atividade extremamente penosa e nós queremos melhorar as condições de trabalho e de salário. Também queremos mostrar que telecomunicações é um serviço essencial para a sociedade brasileira, então é fundamental que seja de qualidade e para todos”.

O presidente do Sindicato dos Bancários do município do Rio de Janeiro, Almir Aguiar, garante: “reivindicamos a garantia no emprego, o fim do assédio moral, saúde e condições de trabalho. A categoria bancária está sofrendo das doenças profissionais. Lutamos pela redução da jornada de 44 para 40 horas semanais, sem a redução do salário; e pela convenção 158, que trata do fim das demissões imotivadas. Para os bancários, também é importante a regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal, que trata do sistema financeiro nacional”.

O militante do MRB (Movimento de Resistência Brasileira) Antônio Santana, explica: “estamos na campanha em defesa do nosso petróleo, contra a entrega e contra o leilão, que é a privatização do nosso petróleo. Nós queremos que esse grande patrimônio que é o petróleo seja dividido pelos cidadãos brasileiros, para saúde, educação, habitação, reforma agrária e para resolver os problemas sociais do nosso povo”.

Por melhorias na Segurança e Sa

■ Especialista garante que ainda é preciso muitas mudanças para um trabalh

Celebrado em 28 de abril, o dia mundial da Segurança e Saúde no Trabalho deve se constituir em um momento de reflexão em torno das condições ambientais de trabalho nos setores produtivos de bens e serviços.

De acordo com o diretor do SENGE-RJ, engenheiro da Ampla e mestre em Segurança no Trabalho pela UFF, José Amaro Barcelos Lima, é fundamental oferecer garantias aos trabalhadores para que eles

possam opinar sobre as suas necessidades pessoais, que podem exercer influência na realização de suas atividades sem riscos. Amaro diz que este é um princípio ético que precisa ser aceito e incorporado por empresários, movimentos sindicais, associações de profissionais, governantes, legisladores e pela sociedade civil. “Esta é uma forma de evitar os acidentes de trabalho”, garante.

Em entrevista, José Amaro afirma que a

redução dos acidentes é um dos mais fortes desafios colocados diante da inteligência do homem, aborda as principais medidas de proteção e garante: “no mundo, cerca de 2 milhões de trabalhadores morrem anualmente em decorrência de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho; os acidentes respondem por cerca de 360 mil mortes”. José Amaro também faz um alerta: “não é ético o trabalhador colocar a sua vida em risco”.

Quais as principais estratégias para prevenir acidentes no trabalho?

– A redução dos acidentes é um dos mais fortes desafios colocados diante da inteligência do homem. Aparentemente a humanidade dispõe de recursos para evitar os acidentes em função do progresso tanto científico como tecnológico, além de farta legislação em torno deste tema. Entretanto, continuamos a assistir com perplexidade a perdas de vidas e prejuízos à integridade física das pessoas. E, pior, quase sempre a causa para a ocorrência dos eventos não desejados é atribuída ao fator humano.

Há uma série de técnicas visando a identificação de perigos e riscos. Uma das principais estratégias para prevenir acidentes no trabalho é a aplicação da Análise Preliminar de Riscos - APR, que consiste em identificar eventos perigosos, causas e consequências e estabelecer medidas de controle. O objeto da APR pode ser área, sistema, procedimento, projeto ou atividade.

As empresas têm adotado essas medidas de proteção?

– Em geral, o que as empresas fazem é distribuir os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), os EPCs (Equipamentos de Proteção Coletiva) e cumprir com as Normas Reguladoras do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego). Mas criar as oportunidades a fim de que os trabalhadores se manifestem sobre as condições ambientais de tra-

balho e exponham as suas opiniões em torno dos riscos envolvidos nas atividades é fato raro nas empresas.

Poucas são as organizações que praticam o DDS (Diálogo Diário de Segurança) antes do início das atividades, momento em que pode se avaliar as condições mentais e físicas dos componentes das equipes, adotando medidas para que pessoas eventualmente com problemas ingressem nas áreas de trabalho e possam, inadvertidamente, não observar os riscos existentes.

Como o trabalhador deve proceder quando não trabalha sob condições dignas de segurança?

– Primeiro é preciso admitir que não é ético o trabalhador colocar a sua vida em risco, na luta pela sobrevivência. No mínimo é uma contradição. Acho que, se não há condições seguras, a atividade não deve ser iniciada, até que se controle ou elimine os riscos existentes. Para que isto ocorra de forma responsável e sem atritos entre o trabalhador e sua chefia imediata, se faz importante a Organização nos Locais de Trabalho, a fim de dar suporte ao trabalhador de não penetrar em áreas onde a presença de risco de acidente é real.

Como fazer uma denúncia?

– Não deve ser considerada como uma denúncia a recusa do trabalhador em colocar a sua vida sob o risco de acidente. É preciso que ocorra uma mudança de

Júlia Gaspar



José Amaro é mestre em Segurança no Trabalho

nizacionais que melhorem as condições ambientais de trabalho.

Quais as principais dicas de prevenção de acidentes e doenças de trabalho?

– A primeira e mais importante medida preventiva está relacionada com uma boa adequação entre a organização do trabalho e a estrutura mental e física do trabalhador. É indispensável a realização de treinamentos para todos os trabalhadores, principalmente orientados para a análise da ambiência organizacional antes do início das atividades, identificando os riscos e adotando as medidas necessárias e suficientes para o controle e/ou a eliminação desses riscos.

Ainda há muitas mortes e acidentes graves acontecidos no trabalho?

– Segundo o Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho – DIESAT, nos últimos anos o número de acidentes de trabalho no Brasil vem crescendo. Enquanto em 2001 foram pouco mais de 340 mil acidentes de trabalho, em 2007 este número subiu para 653 mil ocorrências. Um aumento de 92% no número de acidentes de trabalho. Somente em 2007 foram registrados 2,8 mil mortes por acidentes de trabalho em todo o Brasil, são quase oito mortes diárias. Esse crescimento no número de acidentes de trabalho foi verificado em todos os setores econômicos e, em 2007, sofreu influência dos aci-



saúde no Trabalho

Trabalho seguro e sem riscos de acidentes

Acidentes sem Comunicações de Acidentes de Trabalho (CAT), registrados por meio do nexa técnico epidemiológico.

Segundo dados do governo federal, os acidentes e doenças do trabalho custam, anualmente, R\$ 10,7 bilhões aos cofres da Previdência Social, através do pagamento do auxílio-doença, auxílio-acidente e aposentadorias.

É sempre importante lembrar que estas estatísticas de acidentes de trabalho refletem somente os acidentes registrados pela Previdência Social. Estima-se que ainda haja, no Brasil, uma alta taxa de sub-notificação de acidentes de trabalho.

No mundo, cerca de 2 milhões de trabalhadores morrem anualmente em decorrência de acidentes de trabalho e doenças relacionadas ao trabalho; os acidentes respondem por cerca de 360 mil mortes.

Qual o setor com mais acidentes graves e mortes?

– Conforme dados do Anuário Estatístico da Previdência Social, em 2007 ocorreram 236,8 mil acidentes de trabalho na indústria da transformação e 36,4 mil na construção civil. Estudo realizado pela rede eletricitários do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicos (Dieese) mostra que mais da metade da força de trabalho do setor elétrico do país é terceirizada, e a incidência de mortes no trabalho para os terceirizados chega a ser quatro vezes e meia maior do que para os trabalhadores próprios. Em 2008, a taxa de mortalidade da força de trabalho do setor elétrico foi de 32,9 mortes por grupo de 100 mil trabalhadores. Naquele ano, a análise segmentada da força de trabalho revelou uma taxa de mortalidade 3,21 vezes superior entre os trabalhadores terceirizados em relação ao verificado para o quadro próprio. A taxa ficou em 47,5 para os terceirizados contra 14,8 para os tra-

balhadores do quadro próprio das empresas.

Entre as conclusões do estudo destacam-se o nível de terceirização do setor elétrico, na casa dos 58,3% da força de trabalho, e o resultado obtido com a apuração das taxas de mortalidade por acidente de trabalho, que se mostraram substancialmente mais elevadas entre os terceirizados do que as apuradas para o segmento próprio. O resultado permitiu concluir que existe maior risco de morte associado ao segmento terceirizado da força de trabalho.

“
Não é ético o trabalhador colocar a sua vida em risco
”

Quais as principais ações sindicais para a proteção da saúde no trabalho?

– O movimento sindical precisa urgentemente dotar-se de uma estrutura orgânica que possibilite levar adiante a necessária participação nos embates pelas mudanças sociais, visando a construção de uma sociedade composta de valores éticos e justos, além de não esmorecer na defesa dos principais interesses dos seus representados, fundamentalmente no sentido de que sejam estabelecidas condições dignas de trabalho.

Deve se tornar uma prioridade imediata dos sindicatos investir significativamente na informação e formação dos trabalhadores nos locais de trabalho.

Por outro lado, em função da globalização do mundo do trabalho, os sindicatos devem fazer uso dos requisitos disponibilizados pelos diversos instrumentos internacionais, tais como as Convenções da OIT, o Pacto Global e outras ferramentas relacionadas com a gestão empresarial.

A questão da segurança e saúde no trabalho é um tema relevante que deve ser considerado como parte integrante de conceitos mais amplos e inserido na concepção tão defendida hoje pelas organizações, de busca por um desenvolvimento sustentável. ■

AMPLA

Uma decisão que fortalece os Engenheiros e o SENGE-RJ

José Amaro Barcelos Lima

Nestes tempos que tanto se fala na questão da valorização dos profissionais de Engenharia, os Engenheiros da Ampla, em decisão histórica, ao deliberarem em Assembleia sobre o ACT 2009/2010, deram uma clara demonstração de que a criação do “Valor Profissional”, não é só uma questão de cifras, mas também de senso crítico quanto à defesa de direitos consagrados universalmente e da importância de que se revestem enquanto profissionais de uma empresa de prestação de serviços essencialmente técnicos, que depende da inteligência dos seus empregados com conhecimentos específicos em Engenharia.

Esta atitude dos Engenheiros da Ampla também pode ser classificada como uma tomada de decisão de profundo amadurecimento profissional e, porque não dizer, de visão sócio-política, baseada na ambiência organizacional do presente, porém indubitavelmente projetada para um futuro condicionado às mudanças que naturalmente ocorrerão no país pela sua evolução positiva nos aspectos econômicos e financeiros, bem como em função dos avanços tecnológicos que estão acontecendo com muita rapidez, exigindo dos profissionais de Engenharia constante atualização dos seus conhecimentos técnicos, que são utilizados em benefício do desenvolvimento da empresa.

A forma ordeira e democrática como transcorreu a Assembleia que deliberou sobre o ACT 2009/2010, deu respaldo ao SENGE-RJ para mobilizar os recursos Jurídicos necessários, que garantiram o reconhecimento por parte do MPT, de que tudo o que havia sido aprovado pelos Engenheiros da Ampla era legítimo.

Sobre a jornada de trabalho, é importante que os Engenheiros da empresa não se deixem influenciar pelas pressões e outras questões periféricas, mantendo a unidade e a esperança por uma decisão favorável da Justiça Trabalhista na sustentação de direitos adquiridos ao longo do tempo de trabalho e presentes em cláusulas de ACTs anteriores. Em demandas judiciais como a que ora se desenvolve entre o Sindicato e a Ampla, a perseverança e a paciência são fundamentais para que não se tome decisões precipitadas que podem acarretar prejuízos irrecuperáveis para a categoria dos Engenheiros.

A assessoria jurídica da Ampla, em mais uma tentativa desesperada para atrasar o julgamento do mérito do processo da Jornada de Trabalho, está restando indevidamente os autos desde novembro de 2009, fato que motivou a expedição de mandado de busca e apreensão. Além disto, o SENGE-RJ pretende representar na OAB em face deste advogado, ante a retenção abusiva dos autos.



VIDA SOFRIDA

José Amaro Barcelos Lima

E o pobre Djalma de vida tão dura,
Já nem sabe ao certo quantos filhos ele fez.
No cabo da enxada, sua amiga e parceira,
Ele sangra a terra, para plantar e colher.
E insiste em dizer: "são nove, seu moço,
Eu os vi nascer".

De novo eu conto. Não são nove, são dez.

Com a mulher e os filhos, ele semeia a vida,
E colhe a verdade, verdade maldita,
Que faz do Djalma mais um explorado,
Nessa terra bendita.

O orvalho ainda cai, quando vejo a família
Espalhada no campo:
Alguns no meio da couve,
Outros no varal de ervilha,
Os demais recolhendo o chuchu.

O frio é intenso.
Suas roupas rasgadas, os pés pelo chão,
Dá pena de ver.
E o Djalma, coitado, trabalha feliz por pensar,
Que com a sua vida e dos seus,
Faz o Brasil crescer.

Então, me pergunto, quantos são os Djalmas,
De vida sofrida, nesse imenso País,
Sem saber que em troca
Do seu árduo trabalho,
Eles deveriam ter uma maior atenção,
Dos homens doutores que dos seus gabinetes,
Prometem e não cumprem.

Enriquecem, Djalma, com a sua desgraça.
E apenas desejam que cresçam os Djalmas,
Que trabalham calados,
Vivem calados,
Morrem calados.



Foto de Carlos Fonseca, engenheiro eletricista de Furnas

Voe Vento

José Amaro Barcelos Lima

Ô vento!
Traga-me de volta o sabor daqueles beijos,
Retransmita-me o calor daqueles braços,
Mas ouça,
Não demore no caminho,
Venha já, venha ligeiro,
E não seja apenas passageiro.

Ô vento!
Diga-lhe que a tristeza me consome,
Que sem a luz dos olhos dela,
Sou perdido na viagem,
E sigo só,
Sem destino, sem coragem.

Ô vento!
Seja amigo deste velho
companheiro,
Não se atrase nem um pouco,
Vá voando,
E ao chegar, sem delongas vá
dizendo,
Que deixou, aqui, alguém,
Que de saudade está morrendo!

Voe vento!

• José Amaro Barcelos Lima é engenheiro da Ampla

• A coluna "Engenharia Cultural" é destinada a engenheiros que queiram publicar poesias, contos, crônicas, histórias de vida, ou mesmo fotos em alta resolução (300dpi) sobre a cidade ou de denúncia social. Para participar, envie sua colaboração para: imprensa@sengerj.org.br

COMLURB: SENGE-RJ na luta pelo ACT 2010/2011

Os diretores do SENGE-RJ Olímpio dos Santos, Clovis Nascimento e Paulo Granja estiveram, dia 13 de abril, em reunião com a presidência da COMLURB para tratar da participação do Sindicato nas

negociações para fechamento do ACT 2010/2011.

Foram discutidas questões de interesse dos engenheiros, com destaque para o piso salarial da categoria. A conversa foi em tom sa-

tisfatório, com o compromisso da empresa em dar prosseguimento às negociações.

Sendo assim, a pauta com as reivindicações dos engenheiros da COMLURB, aprovada em assem-

bleia, foi reencaminhada à Empresa no dia 14 de abril, juntamente com ofício que solicita o imediato início das negociações, bem como a assinatura do termo de garantia de data-base.

A terceirização e os impactos para as condições de trabalho no setor elétrico

A terceirização da mão-de-obra não apenas constitui-se em uma prática recorrente entre as empresas públicas e privadas e os órgãos públicos, como vem ganhando mais espaço nos últimos anos. Na perspectiva empresarial, esse modelo tem como justificativa a possibilidade de potencializar a redução de custos, em especial o custo do trabalho, e de concentrar seus esforços na atividade fim da empresa. Do ponto de vista dos trabalhadores, interessa a restrição a essa prática, dados os perversos efeitos que ela gera sobre as relações de trabalho, tais como: diminuição de salários, redução de benefícios sociais, diminuição da qualificação da força de trabalho, jornadas de trabalho mais extensas, deterioração das condições de saúde e de segurança no ambiente laboral e, ainda, desorganização da representação sindical.

Estudo recente elaborado pelo DIEESE analisa a terceirização no âmbito do setor elétrico, o qual contava, em 2008, com um contingente de 227.784 trabalhadores, dos quais 126.333 terceirizados. Entre 2003 e 2008, a proporção de trabalhadores terceirizados do setor elétrico subiu de 28,93% para 55,46%, forte incremento para um período de 5 anos. O nível de terceirizações varia entre os segmentos

Composição da força de trabalho do setor elétrico brasileiro 2003 a 2008				
Ano	Trabalhadores Próprios	Trabalhadores Terceirizados	Força de Trabalho	Relação entre terceirizados e a força de trabalho (em %)
2003	97.399	39.649	137.048	28,93
2004	96.579	76.972	173.551	44,35
2005	97.991	89.238	187.229	47,66
2006	101.105	110.871	211.976	52,30
2007	103.672	112.068	215.740	51,95
2008	101.451	126.333	227.784	55,46

Fonte: Fundação Coge, Relatório de Estatísticas de Acidentes no Setor Elétrico Brasileiro 2006 a 2008
Elaboração: DIEESE

do setor, atingindo 59,9% dentre as distribuidoras de energia, enquanto, em empresas que desempenhavam atividades de geração, transmissão e outras, o nível de terceirização era mais baixo (52,6%), mas ainda superior à metade da força de trabalho.

No esteio do debate sobre a terceirização, são alarmantes os dados sobre acidentes fatais. Em 2008, a taxa de mortalidade da força de trabalho do setor elétrico foi de 32,9 mortes por grupo de 100 mil trabalhadores. Quando se desagregam os dados entre os trabalhadores próprios e terceirizados, observa-se que a taxa de mortalidade é 3,21 vezes superior entre os trabalhadores terceirizados em relação ao

primeiro grupo. A taxa de mortalidade ficou em 47,5 para os terceirizados contra desproporcionais 14,8 para os trabalhadores do quadro próprio das empresas.

No período entre 2006 e 2008, os dados também indicam taxas de mortalidade substancialmente mais elevadas para os trabalhadores terceirizados: entre 3,21 a 4,55 vezes as taxas observadas para os trabalhadores do quadro próprio das empresas.

A comparação entre os segmentos do setor revelou que as empresas distribuidoras, no geral, apresentam taxas de mortalidade mais elevadas que as geradoras, cumprindo papel preponderante na definição da taxa de

mortalidade do setor elétrico. Observa-se, na análise por segmento, que também não há situação na qual a taxa de mortalidade dentre os trabalhadores próprios das empresas seja superior ao grupo de terceirizados.

As taxas de mortalidade entre os terceirizados no setor elétrico chamam a atenção para os problemas desse modelo de contratação no que se refere aos riscos para o trabalhador, ainda maiores que os já observados para os trabalhadores do quadro próprio. Idealmente, a taxa deveria ser igual a zero, para todos os grupos de trabalhadores, mas não se pode deixar de destacar a dimensão alcançada em termos de deterioração das condições de trabalho em meio aos trabalhadores terceirizados.

A redução de custos promovida pelas empresas não pode se dar em detrimento da saúde e segurança do trabalhador. A intenção deste estudo é contribuir para ampliar a discussão sobre os efeitos da terceirização para além da perda de remuneração e benefícios típicos deste processo

Para mais detalhes, encontra-se na página eletrônica do DIEESE a publicação Estudos e Pesquisas nº 50: Terceirização e morte no trabalho: um olhar sobre o setor elétrico brasileiro, disponível para os sócios e assinantes.

**SALÁRIO
MÍNIMO
PROFISSIONAL**

LEI 4950-A/66



ART

**GARANTIA PARA
O ENGENHEIRO
E A SOCIEDADE**

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Sengen fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

Diretoria do SENGE-RJ toma posse

Adriana Medeiros

Na mesa de abertura, temas como justiça social, sociedade, democracia e mobilização

O público lotou o auditório do Clube de Engenharia, dia 15 de abril, para assistir à cerimônia de posse da diretoria eleita do SENGE-RJ, para a gestão 2010/13. Estiveram presentes diversas autoridades, trabalhadores, sindicalistas, políticos, movimentos sociais e representantes de entidades representativas. Na mesa de abertura, o presidente do Confea, Marcos Túlio de Melo; o presidente do Crea-RJ, Agostinho Guerreiro; o presidente do Clube de Engenharia, Francis Bogossian; o presidente da Fisenge, Carlos Bittencourt; o presidente da CUT-RJ, Darby Igayara; o deputado federal e ex-presidente do SENGE-RJ, Jorge Bittar; e o presidente do SENGE-RJ, Olimpio Alves dos Santos.

Com 78 anos de lutas históricas, os desafios do SENGE-RJ são: avançar nas conquistas e promover uma gestão que organize e mobilize a categoria, comprometida com a renovação sindical, a igualdade, a democracia e o desenvolvimento nacional.

No final da cerimônia, a comissão eleitoral composta por Alcebíades Fonseca, Arciley Alves Pinheiro, Luiz Antônio Meirelles e Márcio Cazelli recebeu uma homenagem e agradeceu aos funcionários do Sindicato pelo apoio na realização das eleições.

Francis Bogossian, presidente do Clube de Engenharia, onde aconteceu o evento, afirma que ficou orgulhoso de receber, no Clube, a posse da diretoria eleita do SENGE-RJ.

Jorge Bittar é deputado federal e foi presidente do SENGE-RJ na gestão que derrubou o autoritarismo, foi eleito para o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro há 30 anos, em abril de 1980. Numa época em que existiam denúncias explícitas contra a humanidade, ele ousou estabelecer alianças necessárias, com participação na luta pelas Diretas Já e pela democracia. Bittar afirma que foi uma luta difícil, mas não foi em vão. “O país vive um novo período histórico e luta contra o projeto neoliberal da direita brasileira, dos anos 80 e 90, que defendeu a privatização e o desmonte do estado. Mas lutamos contra”, afirma.

Bittar também afirma que não se pode aceitar a remoção compulsória das pessoas que vivem em áreas de risco, elas precisam ser reassentadas dignamente, com condições de saúde e qualidade de vida. “Somos contra a remoção de



Após a posse, a diretoria e convidados se reuniram para uma animada confraternização

Presidentes dos Senges de todo o Brasil parabenizam a nossa diretoria

“A diretoria do SENGE-RJ tem grande experiência na área sindical e social. O presidente Olimpio passou também pela presidência da Fisenge. E este é um momento importante, o momento ideal para ampliar a força da engenharia no estado e no país. Um dos parâmetros para medir a força de uma nação também é pela quantidade de engenheiros.”

• **João Thomaz Araújo Ferreira da Costa**, presidente do SENGE de Volta Redonda

“O SENGE-RJ, com as personalidades que o compõe, é a reafirmação e animação da esperança de que as lutas coletivas orientadas pela fraternidade, sob a ótica do interesse comum, continuem vivas”.

• **Valter Fanini**, presidente do SENGE/PR

“A posse da nova diretoria, tendo a frente o presidente Olimpio, garante a continuidade e avanços na luta histórica desse Sindicato”.

• **Jorge Dotti Cesa**, presidente do SENGE/SC

“Eu pude observar uma representatividade de muita qualidade e muitos objetivos, principalmente relativos aos interesses sociais que permeiam todas as ações dos Sindicatos”.

• **Fernando Freitas**, presidente do SENGE/PE

“Os companheiros que integram a diretoria do SENGE-RJ são profissionais experientes e que têm claramente posições de vanguarda no movimento dos trabalhadores, a exemplo do presidente Olimpio. Os sergipanos desejam pleno sucesso neste mandato”.

• **Rosivaldo Ribeiro**, presidente do SENGE/SE

“Parabenizamos a nova diretoria do SENGE-RJ, que prioriza a organização e mobilização da categoria, em busca de resultados positivos no processo de renovação de seus quadros”.

• **Marcia Nori**, presidente do SENGE/BA

“A posse mostra que o Sindicato ainda pode crescer muito. Olimpio foi presidente da Federação,

adquiriu uma experiência de outros sindicatos, podendo acrescentar esta experiência de organização no SENGE-RJ”.

• **Sebastião da Silveira**, presidente do SENGE/ES

“O SENGE-MG deseja sucesso para a gestão do SENGE-RJ, que agora se renova. Parabéns a todos os membros da sua diretoria e contem sempre com a solidariedade e apoio do SENGE-MG”.

• **Nilo Sérgio Gomes**, presidente do SENGE/MG

“A posse foi uma manifestação do trabalho que o SENGE-RJ vem realizando em prol da categoria. O envolvimento do Sindicato nas questões sociais, na defesa dos movimentos sociais, na aplicação da engenharia em defesa desses movimentos, da população mais carente é o resultado do trabalho que vem sendo realizado”.

• **Valdemir Pires**, presidente do SENGE/RO

famílias, como aconteceu na época de Carlos Lacerda. Precisamos lutar por um reassentamento social”, declara.

Olimpio Alves dos Santos, presidente do SENGE-RJ, também afirma que não é justo que utilizem as tragédias dos desabamentos que aconteceram com as chuvas como pretexto para remover as pessoas compulsoriamente. “É humano que elas tenham um reassentamento justo e digno”. Olimpio também coloca questões a se pensar: “O país que construímos é o país que queremos? Podemos aceitar tanta exclusão? É este o país que os companheiros que fundaram o Sindicato pensaram?” Ele garante que é fundamental exigir habitação, saneamento e educação de qualidade para todos. “Temos que lutar por um país que tenha soberania,

nosso desafio está muito longe de se esgotar, mas temos que dar a nossa contribuição, fazer a nossa parte”, declara.

Agostinho Guerreiro, presidente do Crea-RJ, afirma que as tragédias que o Rio de Janeiro viveu em consequência das chuvas foram 'tragédias anunciadas' de muito tempo. “Falamos em cartilhas, jornais e revistas sobre as providências que deveriam ser tomadas e não foram”, denuncia.

Marcos Túlio de Melo, presidente do Confea, diz que é preciso que as Centrais Sindicais se organizem para preparar um país que discuta a sua perspectiva de futuro, com desenvolvimento tecnológico para o desenvolvimento social. “Temos o desafio de unir, evitando retrocessos, precisamos fazer parcerias pela luta de

um projeto nacional para toda a sociedade brasileira”, declara.

Carlos Bittencourt, presidente da Fisenge, diz que é necessário debater um projeto de desenvolvimento, sob a ótica dos trabalhadores.

Darby Igayara, presidente da CUT-RJ, considera que é fundamental a continuação de um projeto que leve em conta a igualdade de direitos para todas e todos. E que é preciso travar uma luta pelo transporte urbano digno. “Queremos discutir os problemas que acontecem na nossa cidade e estado, queremos propor. Temos uma Central Sindical que discute os problemas da sociedade e faz propostas; e o SENGE-RJ, com 78 anos, é um Sindicato que pode formular projetos pra mudar a sociedade”, afirma.